

ODEBRECHT/NOVONOR DEMITEM, COMPROMETEM A SEGURANÇA E SABOTAM A PETROQUÍMICA NACIONAL

A história recente do **setor petroquímico brasileiro** é marcada por **entreguismo, privatizações e ataques sucessivos à soberania industrial** e aos direitos da classe trabalhadora. Os polos petroquímicos foram privatizados na década de 1990, sob governos neoliberais, reduzindo a presença do Estado, afastando a Petrobras de setores estratégicos e abrindo caminho para a instabilidade que hoje atinge a indústria petroquímica nacional.

Na década de 2000, o **setor, fundamental para o desenvolvimento do Brasil**, foi praticamente entregue ao controle da Odebrecht (hoje Novonor), que passou a operar a petroquímica nacional com **lógica financeira, de curto prazo e sem qualquer compromisso com um projeto de país**. O resultado ao longo destes anos foi o desmonte industrial, insegurança no setor, precarização das relações de trabalho e dos direitos e ataques diretos a uma mão de obra altamente qualificada.

DEMISSÕES E SABOTAGEM

De meados de 2025 para cá a situação tem se agravado muito na Braskem – controlada pelo Grupo Odebrecht/Novonor – afetando toda a cadeia e **impactando o setor industrial brasileiro** que depende da petroquímica.

E mesmo diante de um cenário de retomada da política industrial nacional, a **Odebrecht/Novonor, no comando da Braskem, vem promovendo demissões em massa, de Norte a Sul do país**, atingindo a todos os trabalhadores, mas principalmente os trabalhadores e trabalhadoras com mais tempo de casa, maior experiência e co-



nhecimento técnico.

Esses profissionais são imprescindíveis para a retomada da petroquímica nacional, para a segurança das plantas industriais e para a formação das novas gerações de trabalhadores. Demitir essa mão de obra estratégica não é gestão, é sabotagem.

PROJETO DE DESMONTE

Esse projeto de desmonte, que beira a sabotagem, se dá a partir do momento em que a Novonor, antiga Odebrecht, sinaliza sua saída, inclusive negociando sua dívida com o grupo IG4, em um

possível novo acordo societário. Mesmo assim, enquanto ainda manda, a Novonor, antiga Odebrecht, acelera o desmonte, deixando uma **herança de instabilidade, desemprego e risco para todo o setor**, com o silêncio da Petrobras, segunda maior acionista, que, segundo divulgado pela imprensa, terá maior envolvimento na nova gestão, após conclusão da venda.

Os trabalhadores não estão passivos diante desta situação. Centrais sindicais, sindicatos do setor e entidades como a CNQ, já se posicionaram, em documento público, contra este desmonte (**veja o documento no verso**).

CONTRADIÇÃO INACEITÁVEL

Desde 2023, o **governo Lula vem trabalhando na reconstrução da indústria nacional, com destaque para a reativação e fortalecimento do setor petroquímico**, incluindo a retomada de instrumentos como o REIQ* e o PRESIQ*, desmontado no governo Bolsonaro e reprovado pelo Congresso Nacional.

Diante desse cenário, **não há qualquer justificativa para demissões, cortes de direitos ou enxugamento de quadros**. Pelo contrário: o momento exige investimento, valorização da mão de obra, estabilidade no emprego e planejamento de longo prazo. O que a Novonor, antiga Odebrecht, faz hoje vai na contramão do interesse nacional e do próprio futuro da petroquímica brasileira.

DEMISSÃO EM MASSA É ATAQUE NACIONAL

Para os trabalhadores e suas entidades representativas, **o que está em curso é demissão em massa**, e deve ser tratada como tal, em âmbito nacional, envolvendo toda a cadeia da indústria petroquímica. Não se tratam de decisões isoladas: a Braskem influencia diretamente todas as empresas

que dependem de sua matéria-prima, afetando setores inteiros da economia, do plástico e produtos de limpeza à indústria de transformação (especialmente o Setor Plástico), com rebatimento sobre o desempenho da Economia.

UNIDADE SINDICAL PARA BARRAR O DESMONTE

O movimento sindical já se posicionou de forma clara e unificada. Centrais sindicais como CUT, Intersindical, Força Sindical e Conlutas, junto com sindicatos de trabalhadores petroquímicos e químicos de todo o país, **não aceitarão demissões, nem o desmonte da mão de obra qualificada**.

Os sindicatos estão organizados, em contato permanente, e chamarão a IG4 e a Petrobras à responsabilidade, exigindo que essas demissões sejam imediatamente barradas. A Petrobras precisa se posicionar com firmeza, assumindo um papel efetivo de comando no setor e preservando o patrimônio humano que é estratégico para o Brasil.

Não existe petroquímica nacional forte sem a presença forte da Petrobras e com poder de decisão real no setor. A privatização mostrou seus limites e seus danos.

Importante destacar que o que está em jogo não é apenas o emprego de milhares de trabalhadores, mas a soberania industrial, a segurança das plantas, o desenvolvimento tecnológico e o futuro da indústria brasileira.

O movimento sindical seguirá mobilizado para barrar essa sabotagem, defender os empregos, proteger a mão de obra experiente e exigir um projeto de petroquímica a serviço do desenvolvimento nacional e da classe trabalhadora, e não dos interesses financeiros de grupos econômicos irresponsáveis, que comeram a carne e agora querem deixar o osso para os trabalhadores.

Seguimos unificados na luta e queremos a intervenção do governo LULA na LUTA destas entidades Sindicais no ramo Petroquímico que engloba atividades essenciais para o Brasil.

(*) REIQ - Regime Especial da Indústria Química - política pública de incentivos fiscais (redução de PIS/Cofins) para matérias-primas petroquímicas.

(*) PRESIQ - Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - Lei nº 15.294/2025 visa impulsionar a competitividade e a sustentabilidade do setor químico nacional, oferecendo incentivos fiscais (créditos de IRPJ e CSLL) para empresas que adquirirem matérias-primas mais competitivas e investirem na modernização, descarbonização e ampliação de suas plantas, com o objetivo de reduzir a ociosidade, diminuir o déficit na balança comercial e **gerar empregos** e desenvolvimento econômico.

BRASKEM É ESTRATÉGICA PARA O BRASIL: reestruturação não pode sacrificar trabalhadores e a indústria nacional

28 de Dezembro de 2025

A Braskem é uma empresa transnacional - a maior petroquímica da América Latina e a sexta do mundo -, estratégica para toda a cadeia do setor no Brasil. Sua importância ultrapassa qualquer operação financeira ou rearranjo societário: trata-se de um ativo fundamental para o desenvolvimento industrial, a soberania produtiva e a geração de milhares de empregos qualificados no país.

Nesse contexto, a CNO-CUT e suas filiadas com bases de trabalhadores e trabalhadoras nos Polos Petroquímicos (FETRAQUIM/RJ, FETQUIM/SP, FUP, Sindipolo/RS, Químicos do ABC, Químicos de SP, Sindiquímica Caxias/RJ e Sindiquímica/BA) acompanham com atenção e preocupação as recentes definições sobre a nova estrutura de controle da Braskem, a partir da operação, anunciada nesta segunda-feira (15/12), que transfere cerca de R\$ 20 bilhões em créditos dos bancos credores da Novonor (ex-Odebrecht) para a IG4 Capital, alterando de forma significativa a governança e a condução estratégica da companhia.

Pelo modelo comunicado, a IG4 passa a deter a maioria do capital votante da Braskem, assumindo a indicação do CEO e da diretoria financeira e concentrando a condução do processo de reestruturação econômica da empresa. O conselho de administração será dividido de forma paritária entre Petrobras e bancos/IG4, com a presidência a cargo da Petrobras.

No campo operacional, há sinalização de que a estatal desempenhe um papel mais robusto - fator importante considerando a inexistência de expertise de corporações do ramo financeiro em um setor com imensurável capilaridade na vida cotidiana de todos e todas, cujo déficit da balança comercial precisa ser enfrentado a partir de decisões e ações estratégicas, que atendam aos interesses da coletividade.

Ainda que se afirme a continuidade operacional, o novo desenho acende um alerta do ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras. Não estão explicitadas as definições sobre a estrutura de gestão de pessoas, recursos humanos, política de emprego e, sobretudo, quem será responsável pelas decisões que impactam diretamente os postos de trabalho, as condições laborais e os direitos históricos da categoria.

A indefinição dos canais de interlocução institucional cria um cenário de insegurança para os trabalhadores e para as organizações sindicais com atuação nas unidades localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia - estratégicas para as indústrias química e petroquímica.

As entidades do Ramo Químico da CUT reafirmam que a Braskem não pode ser submetida à lógica estreita da reestruturação focada exclusivamente em redução de despesas e aquecimento de dívidas, prática recorrente em modelos de gestão orientados pelo rentismo financeiro.

Trabalhadores e trabalhadoras não são custos: são o principal patrimônio da empresa, responsáveis pela operação segura, pela inovação tecnológica e pela continuidade produtiva.

Qualquer processo de reestruturação precisa considerar, além da governança corporativa e dos números, a dimensão social do trabalho, o diálogo com as representações sindicais e o compromisso com um projeto industrial voltado ao desenvolvimento nacional.

A CNO, federações e sindicatos estão abertos ao diálogo com os atores envolvidos na nova configuração da Braskem, com o objetivo de assegurar a defesa dos empregos, a manutenção dos direitos e o fortalecimento da indústria petroquímica no Brasil.

**Sem trabalhadores valorizados, não há indústria forte.
Sem indústria forte, não há soberania nem desenvolvimento.**

